

8. “A humanidade ficou dividida”: a Covid-19 e a insegurança alimentar quilombola no Recôncavo Baiano

Joselita Gonçalves dos Santos¹

Rafael Palermo Buti²

Meu nome é Joselita Gonçalves dos Santos, tenho 64 anos, sou quilombola moradora da comunidade de Dom João³, localizada na porção norte da Baía de Todos os Santos, no município de São Francisco do Conde, distante 60 quilômetros da capital baiana, Salvador. Sou graduanda em Ciências Sociais e bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (a Unilab), localizada no mesmo município. Compartilho a auto-

1 Quilombola, Marisqueira e Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Campus dos Malês, Bahia)

2 Antropólogo, Educador e Professor Adjunto pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Campus dos Malês, Bahia).

3 O quilombo Dom João possui aproximadamente 60 famílias, e está com o processo de titulação tramitando no INCRA desde o ano de 2013 (processo nº 54160.001107/2013-94). A pesca artesanal é a principal atividade econômica dos/as moradores/as, que também podem intercalar a atividade com serviços esporádicos como a construção civil, o corte do bambu, a colheita de cacau e o cuidado com o gado nas fazendas do entorno.

ria deste trabalho com Rafael Palermo Buti, 40 anos, antropólogo e professor da Unilab que vem realizando projetos de pesquisa, ensino e extensão junto a algumas das comunidades quilombolas da região.

Com este trabalho, propomos lançar um olhar localizado sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 (Sars-Cov-2) na insegurança alimentar quilombola. Tomando como referência o quilombo Dom João, buscaremos mostrar que as comunidades quilombolas no Brasil também estiveram e estão mais expostas à desigual distribuição dos riscos relativos aos efeitos da Covid-19, incluindo os referentes à insegurança alimentar. O texto está organizado em duas sessões. Na primeira, trarei algumas situações vividas por mim e pelos/as demais moradores de Dom João no contexto da pandemia. A ênfase será dada às dificuldades comuns vividas pelos/as moradores/as, às estratégias de enfrentamento à insegurança alimentar, bem como à importância do modo de vida ligado à pesca artesanal para a segurança alimentar das famílias. Estas situações também são realidade em outras comunidades quilombolas e/ou pesqueiras da região em que vivemos, o Recôncavo Baiano.⁴

Na segunda sessão, localizaremos o problema da insegurança alimentar em Dom João no cenário dramático atual de retorno ao mapa da fome no Brasil pós-Covid-19, apontando para a importância do reconhecimento e regularização dos territórios pesqueiros e quilombolas na garantia da segurança alimentar comunitária. Buscaremos enfatizar que a escalada da insegurança alimentar quilombola em tempos de Covid-19 é resultado da ausência de políticas públicas efetivas em nível local e nacional voltadas ao direito do alimento saudável, sustentável e nutricional. A intenção é contribuir e estimular pesquisas engajadas no debate público sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 na insegurança alimentar quilombola, fomentando iniciativas que provoquem e responsabilizem o poder público, bem como incluam as perspectivas quilombolas nas políticas de segurança alimentar.

4 No Recôncavo Baiano existem 31 comunidades quilombolas autodeclaradas junto à Fundação Cultural Palmares. (CARVALHO e FERNANDES, 2019). Além de Dom João, em São Francisco do Conde se situa a comunidade quilombola do Monte Recôncavo.

Ajuntando para não faltar

No começo da Pandemia da Covid-19 nós sentimos um pouco de medo. Não sabíamos o que ia acontecer. Foi um momento muito difícil na comunidade de Dom João, porque os pescadores e marisqueiras pescavam, preparavam seus materiais, seu marisco e pescado para vender, e voltavam com a metade dele. Era difícil achar quem comprasse. Por mais que a gente fizesse um esforço de ir para os bairros de Salvador vender, foi o mesmo que não vendêssemos nada. Aí o governo federal criou o Auxílio Emergencial. No meu modo de pensar, no começo ele foi bom, mas no fim foi um desastre. Teve um momento que a gente veio ver mesmo o que é a fome. Porque essa pandemia, se a gente soubesse o que ia acontecer tinha se preparado, mas não se preparou porque não sabia que isso ia explodir de uma hora para outra. Foi um momento muito difícil pra gente. Nos sentimos um peixe fora d'água. Como se atirasse um peixe, e deixasse ele morrendo ali em cima da terra.

A comunidade se viu sem ter um alimento para comer. Nem a “mistura”⁵ tinha. Porque o que mais faltou para o pescador e para a marisqueira foi a mistura. Naquele momento não tivemos a mistura, ela faltou. Porque tendo a mistura nós já tínhamos o peixe, o sururu, a ostra, o guaiamum e o caranguejo. Ficamos sem saber o que fazer. Passamos um momento em que só comemos o marisco. A gente mariscava, e pescava, mas a “frieza”⁶ estava um pouco demais quando chegou o inverno.

Quando vieram aqueles seiscentos reais do Auxílio Emergencial foi uma felicidade, mas pensávamos que ele ia continuar, principalmente quem recebia o Bolsa Família. O pessoal começou a ficar preocupado quando

5 “Mistura” é o nome que os/as moradores/as de Dom João dão aos alimentos que acompanham a dieta e o consumo do pescado e do mariscado, principalmente o arroz, o feijão, a farinha de mandioca e o sal. Geralmente são os alimentos comprados pelos/as quilombolas com o dinheiro adquirido da venda do próprio pescado e mariscado.

6 “Frieza” é referente à sensação de frio típica do período de inverno. Os/As pescadores/as de Dom João tendem a evitar a prática da mariscagem em dias de “frieza”, no intuito de preservar a saúde e evitar a exposição prolongada na maré ao frio e às chuvas.

o valor do Auxílio começou a diminuir para duzentos, cento e cinquenta reais. Como faz um pai de família com seis, sete filhos, pra viver com cinquenta reais e sair com seu pescado pra vender e voltar com metade dele pra casa? Então esse foi um momento que as pessoas surtaram na comunidade, homens e mulheres, juntamente com o crescimento do alcoolismo.

Teve muita noite que eu não dormia, pensando em como fazer para ajudar esse povo. Não tivemos ajuda da Prefeitura de São Francisco do Conde. Isso foi muito triste pra comunidade. Não tivemos nada. Precisávamos de psicólogo e médico. Foi um tempo que o hospital não tinha médico para nos atender. Nesse momento era só pra chamar SAMU, dar uma injeção e botar a pessoa pra dormir. Não tivemos uma cesta básica da Prefeitura. Não tivemos uma rua com distribuição de álcool gel para as famílias. Não tivemos nada. Isso eu não escondo. Isso aí eu falo de boca aberta e escancarado. Não tivemos nada, nada, nada, nada. Pessoas passando fome na comunidade. Na cidade gente passando fome. A cidade com muito dinheiro por causa do petróleo, muito rica⁷, e a gente passando fome. Então fico triste. Quando eu dormia no outro dia já era de novo outro recomeço. Eu pensava: — “Meu Deus, quando é que isso vai terminar?” Então eu tive que pedir a Deus pra nos fortalecer, pra dar um suporte para aquele povo.

As famílias se ajuntaram, as que estavam separadas se ajuntaram porque era para fazer a divisão da alimentação, pra não ficar faltando. Então tinham pescadores com casa na comunidade, mas que não moravam mais lá, só tinham o pai e a mãe morando. Por exemplo, eles saíam de um bairro aqui da cidade, o Gurujé ou Campinas, para virem para dentro da comunidade ficar com os pais. Porque aquele alimento ajuntava todo mundo, para dividir o alimento

7 São Francisco do Conde é referência nacional na extração e no refino de petróleo, estando ali instalada a refinaria Landulpho Alves e outras infraestruturas petroleiras (VIANA FILHO, 1984; BRITO, 2008; BUTI 2020). Por isso, o município recebe royalties do petróleo, o que o permitiu, por anos, figurar como uma das cidades brasileiras com maior PIB per capita do país. Ver: <https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2019/12/14/sao-francisco-do-conde-e-7-municipio-do-pais-com-maior-pib-per-capita,123568,0.html> e <https://www.amambainoticias.com.br/2010/12/10/sao-francisco-do-conde-ba-mantem-a-lideranca-do-ranking-do-pib-per-capita-no-pais/>. Acesso: 28/12/2021

com aquelas crianças de 2, 3, 4 anos. E isso foi que me deixou assim triste. Uma criança veio me mostrar a panela. O que tinha para comer era um arroz puro. No armário só tinha arroz e macarrão puro e aí tinha que ir pra maré. Criança de 8, 10 anos indo para maré para pescar, ajudar pescar agora nessa frieza.

Passei momentos muito difíceis e é bom falar o que a gente tá passando. Eu me vi desesperada, pois também naquele momento tinha minhas netas todas desempregadas e os netos têm filho. Foi desesperador. Eu me vi tendo que sustentar todo mundo e vir uma criança dizer: — “Minha vó, a merenda acabou. Que dia a senhora vem aqui?”. Importante ela falar que estava precisando de uma merenda. Às vezes eu digo: — “Será que como ela falou pra mim, outras crianças não sabem nem falar, e estavam passando por esse momento?” A gente precisa estar com equilíbrio mental e espiritual para passar para as pessoas. Desesperador. Era uma responsabilidade que eu não pensei de poder dar a mão a todas as pessoas que estavam passando por aquele momento difícil. Ter que dividir o que tenho de casa para outra pessoa. Essa experiência me trouxe um amor no coração. Onde a gente pudesse ajudar as pessoas que estavam precisando.

Essa pandemia nos trouxe muita tristeza, muita solidão. Uns chegaram mais com a família, outros se afastaram. A humanidade também mudou muito, ficou dividida: tinha pessoas que ajudaram o povo, outras se afastaram para não ajudar, pensaram só em si, não pensaram no coletivo. Esse momento de minha vida nessa luta da pandemia foi assim. Não tinha sono. Tinha dificuldade de dormir porque me incomodava. Eu já estava chegando ao fim, não tinha mais a quem pedir e eu pedi. E pedir é uma palavra assim... fui ensinada a não pedir nada. E hoje na pandemia aprendi a pedir e isso me deixou muito triste porque tem uns que diziam: — “Nesse momento eu não tenho”. E tem outros que tem e não dão. Então eu me senti assim, por saber que você tinha para dar e você não ajudou. Nem palha você tentou fazer. Então essa pandemia veio para a gente saber quem é quem. Quem é você, quem somos nós, eu me pergunto assim.

A gente sai nas casas pra arrecadar alimentos, para distribuir, e a gente vê as pessoas sorrindo. Aquele sorriso!! Uma pescadora sorria de um

jeito tipo “eu tô feliz”. Enquanto isso o armário dela estava vazio. Só com um pouco de arroz e de macarrão para comer. Ela disse: — “Tô esperando as meninas trazerem o marisco pra gente comer”. Aquele marisco que ainda vai lavar tudo direitinho, vai acender o fogo de lenha, vai cozinhar, catar e depois fazer a moqueca. Porque o processo do marisco não é só pescar. A gente pesca, lava, acende o fogo, bota no fogo, cozinha, vai catar, fazer o preparo dele, cortar o tempero, pra botar no fogo. Esse é nosso trabalho, um trabalho manual, um trabalho de pingo em pingo. Onde é que a gente vai achar marisco? “Aqui não tá dando. Vamos pra outro lugar”. “Aqui tá dando, vamos ficar”. “Daqui há pouco aqui não dá mais, vamos pra outro lugar”. A gente anda a maré pra achar um lugar pra pescar e nem sempre tem marisco naquele lugar, principalmente sururu. As vezes ele dá num lugar muito, noutra dá pouco. As vezes dá em dois, três lugarzinhos, e a gente vai lá.

As vezes a gente pode vender um quilo do marisco por R\$ 40,00 reais, mas não sabem que aquele marisco tem que ser todo preparado, limpinho, para não ter uma areia. Temos que vender coisa de qualidade. Então a gente tem que ter muito cuidado com essa alimentação. Não é só para vender, é para a gente também, pra gente não comer um marisco cheio de areia. Então a gente tem que ter bem lavadinho, para que ele não venha com aquela areia, e depois de cozido ele vai passar por um processo, fazer a catagem pra tirar o umbigo do marisco. É a mesma coisa com a gente, que tem que tirar o umbigo quando nasce, só que a tripa da gente, do bebê quando nasce, é branca, a do marisco é pretinha, fininha. Então tem que tirar aquilo tudinho, limpinho para não vender aquilo sujo. Tudo isso aí tem que ter cuidado com o marisco, como é o cuidado com as pessoas, pois são as pessoas que vão comer, é uma criança. Um catador de siri não pode levar aqueles pedacinhos do casco do siri, pois uma criança pequeninha pode se entalar e cortar a garganta, cortar a língua, então tem que ter muito cuidado. Assim como a gente tem cuidado com o marisco, tem que cuidar também de vender para as pessoas. Temos que cuidar, tomar cuidado, arrumadinho, limpinho, preparado pra gente vender um marisco de qualidade.

E nossa vendagem caiu muito, muito, muito mesmo. A vendagem caiu muito e botamos até um preço de R\$ 5,0 reais a mais, mas o pessoal chorava tanto que a gente tinha que baixar o marisco pra gente ter o dinheiro pra

comprar a mistura. Nosso marisco manteve a qualidade, mas tivemos que vender mais barato pra que a gente tivesse dinheiro pra comprar a mistura. Então perdemos também o valor que tinha que ser, sabendo da situação da pandemia, mas tivemos que baixar o valor para que a pessoa pudesse comprar. E no fim a gente só tinha a agradecer porque tinha a possibilidade de vender.

Vivenciei tudo isso. Então pra mim foi um aprendizado muito grande e naquele momento agradeço muito a chegada das parcerias, distribuindo álcool gel, sabão, máscaras. Foi muito importante a Comissão Pastoral da Pesca (CPP), a campanha 150 Fotos pela Bahia⁸, a Bahia Pesca. Tivemos também o pessoal da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com um projeto que levou um tanque, quatro tonéis, botaram torneira, com água e sabão. Foi importante, nos ensinou que tinha que lavar sempre as mãos. Tivemos também campanhas por cesta básica engajadas pela Ação Brasil Sem Fome, a CPP, a Coalizão Negra, a Pastoral do Negro, além de iniciativas na Unilab, como o projeto Mandjuandadi criado pelos/as estudantes, e o Malês Com Vida, organizado pelo grupo de pesquisa Giepem⁹. Isso nos ajudou muito diante do desamparo da prefeitura e do governo estadual e federal.

A insegurança alimentar de quem produz alimento

No Brasil, a segurança alimentar e nutricional é definida como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2006). Ainda que seja constitucionalmente previsto, o acesso ao alimento saudável, sustentável

8 Apoiada pela Fundação Pierre Verger, a campanha 150 Fotos Pela Bahia foi realizada por um coletivo de fotógrafos com a intenção de captar recursos para comunidades baianas afetadas pela pandemia. Ver: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/imagens-de-esperanca-projeto-150-fotos-pela-bahia-arrecada-r-273-mil-para-doacoes/>. Acesso: 28/12/2021.

9 O Giepem é o Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Etnomatemática da Unilab.

e nutricional não é realidade para toda a população brasileira. Segundo Maluf e Luz (2017), a insegurança alimentar e nutricional no Brasil se manifesta de diferentes formas em percentual significativo de domicílios. Antes mesmo da pandemia, entre 2017 e 2018, a insegurança alimentar de nível grave voltou a crescer, atingindo 4,6% das famílias brasileiras, o que implicou o retorno do país ao mapa da fome (MALUF, 2021).

Os efeitos da pandemia deflagrada a partir de fevereiro de 2020 acentuaram o problema (CARVALHO, 2021). O Brasil, em especial, é não somente o país onde a crise sanitária atingiu o segundo maior número de óbitos em termos absolutos no mundo até setembro de 2021, mas o que escancarou desigualdades sociais antigas. É a população negra e pobre não somente a mais exposta aos riscos da contaminação e da morte, mas também aos indicadores de vulnerabilidade, como desemprego, falta de saneamento, fome e insegurança alimentar (SANTOS *et al.*, 2020).

Dados disponibilizados pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional informam que cerca de 19 milhões de pessoas passaram fome no Brasil do último trimestre de 2020, atingindo deste modo estatísticas que não se viam desde 2004¹⁰. Ao longo de 2021 avolumaram-se não somente notícias na imprensa sobre a crise alimentar vivida por milhões de pessoas e o retorno do país ao mapa da fome, mas campanhas de arrecadação de alimentos engajadas por comunidades e setores da sociedade civil organizada.¹¹ Como segmento historicamente vulnerável, as comunidades quilombolas no Brasil também estão mais expostas à desigual distribuição dos riscos relativos aos efeitos da Covid-19, incluindo os referentes à insegurança alimentar. Dom João não é caso isolado.

10 Ver: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso: 13/06/2021.

11 Ver: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/06/A-fome-que-atinge-19-milh%C3%B5es-de-brasileiros-na-pandemia>; <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/23/com-145-mi-de-familias-na-miseria-brasil-bate-recorde-de-extrema-pobreza.htm>; <https://www.fundobrasil.org.br/temgentecomfome/>. Acesso: 13/06/2021.

Ainda no ano de 2013, a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense publicava o resultado da *Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas*, alertando sobre a situação de vulnerabilidade dessas comunidades, causada pela baixa integração dos territórios quilombolas aos demais espaços municipais que organizam a oferta de bens e serviços públicos. Com recorte restrito aos quilombos titulados, este estudo indicava também que a despeito da fragilidade nos processos de produção coletiva de alimentos, a produção para autoconsumo permitia acesso à alimentação às famílias quilombolas, podendo, inclusive, contribuir para compensar constrangimentos no acesso alimentar relacionados com a baixa renda monetária (FEC-UFF, 2013).

Por sua ocorrência recente e em curso, não é ainda possível captar e compreender de forma sistemática os efeitos concretos da pandemia do coronavírus na insegurança alimentar quilombola, e da relação deste segmento populacional com o contexto dramático nacional de retorno ao mapa da fome. Algumas publicações recentes dão um balanço introdutório da situação das comunidades quilombolas em termos da extensão do problema e das estratégias de enfrentamento (SILVA *et al.*, 2020). O *Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19* publicado pelo Afro-Cebrap (ARRUTI, 2020) comunica que o tema da insegurança alimentar e da fome associada à pandemia do coronavírus esteve presente em 106 noticiários da internet rastreados em 2020. Um destes informa que a escassez de alimentos é resultado da diminuição e/ou falta de renda familiar motivadas por vetos de verbas às comunidades, além da baixa perspectiva de comercialização dos alimentos produzidos pelas famílias.¹²

Esta constatação dialoga com a situação de Dom João. Assim como as demais comunidades quilombolas e/ou pesqueiras do Recôncavo Baiano, o quilombo Dom João está inserido na cadeia de produção da pesca artesanal na Bahia. Por isso, é responsável por levar alimento saudável e de baixo custo à mesa dos habitantes da região. Como mostramos na sessão anterior, as práticas

12 Ver: <https://www.metropoles.com/brasil/quilombolas-relatam-escassez-de-alimentos-na-pandemia-e-apelam-ao-stf> Acesso: 13/06/2021

de pesca artesanal implicam no estabelecimento de relações de cuidado dos/as pescadores/as com os ambientes de manejo no ecossistema manguezal. Nesse sentido, a “maré” permite tanto gerar renda familiar através das redes de comercialização local, quanto assegurar o alimento em tempos de crise de emprego e/ou financeira. No entanto, a crise ocasionada pela pandemia afetou de forma excepcional a comercialização do pescado.

A falta de renda da população diminuiu a venda de pescado, e, portanto, a renda do trabalhador da pesca. Isso ocasionou um quadro de vulnerabilidade e insegurança alimentar alarmantes. Marisqueiras quilombolas de outras comunidades com quem conversamos foram taxativas em afirmar a escalada de insegurança alimentar vivida em suas comunidades. Nos afirmaram que pescadores e marisqueiras vêm encontrando dificuldade para vender o pescado, o que faz com que não tenham dinheiro para comprar alimentos para a mistura, como feijão, arroz, ovo e carne. A alta dos preços destes produtos, associada a desvalorização do pescado e à interrupção do Auxílio Emergencial acentuaram o drama das famílias. Isso fez com que o próprio pescado se transformasse no alimento exclusivo das mesmas. O que também é um problema, pois a ocorrência de mariscos e peixes sofre variações relacionadas à sobrepesca e à sazonalidade: não está sempre disponível, portanto.

Em Dom João, a escassez de alimentos é também resultado da diminuição e/ou falta de renda familiar motivadas por vetos de verbas às comunidades, além da baixa perspectiva de comercialização por parte dos/as trabalhadores/as da pesca. É possível, também, afirmar que a incidência da insegurança alimentar na comunidade está associada à ausência de ações institucionais efetivas por parte do poder público. O resultado disso são as consequências associadas à insegurança alimentar: além da fome e dos riscos de desnutrição, o aumento do alcoolismo, da depressão e da violência.

Esta situação nos permite apontar para três dimensões importantes. A primeira está ligada à relação entre segurança alimentar e território pesqueiro: é o trabalho na pesca através do manejo dos ambientes do manguezal que tem assegurado o alimento às comunidades quilombolas e/ou pesqueiras da região. Por isso a importância em fortalecer medidas institucionais tanto de

proteção aos ecossistemas costeiros (incluindo o reconhecimento dos territórios quilombolas e pesqueiros), quanto dos direitos do/a trabalhador/a da pesca.

A outra é referente aos efeitos da vulnerabilidade vivida pelas comunidades quilombolas da região como efeito do pouco espaço para a agricultura familiar, decorrência do alto índice de concentração fundiária da cidade¹³. Nesse sentido, a forte dependência da pesca artesanal na produção de alimento de base comunitária implica situações de vulnerabilidade alimentar, tendo em vista que a sobrepesca e a sazonalidade dos estoques pesqueiros determinam situações de dificuldade para a produção e aquisição de alimentos.

A terceira tem a ver com a importância das políticas públicas nos programas de distribuição de renda, incentivo à produção e ao alimento nas comunidades. Ainda que produzam alimento, pescadores e marisqueiras quilombolas dependem de programas sólidos do Estado que garantam segurança aos seus modos de vida e condições alimentares nutricionais. Isso não ocorreu durante a pandemia, e a interrupção do Auxílio Emergencial do Governo Federal foi a prova mais radical do desamparo a que ficaram expostas as famílias quilombolas na região. Sequer a Prefeitura de São Francisco do Conde proveu as famílias com cestas básicas: estas ficaram ao encargo de grupos parceiros ligados aos movimentos sociais, às universidades e à sociedade civil¹⁴. Por isso, é neces-

13 Um estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa GeografAR da UFBA informa que São Francisco do Conde possui um dos índices de concentração fundiária mais altos da região (GEOGRAFAR, 2015). O pouco acesso à terra condiciona a população a uma maior dependência dos recursos pesqueiros. No caso de Dom João, algumas áreas residenciais possuem área externa para o plantio de pequenas quantidades de alimentos, como mandioca, aipim, feijão e milho.

14 Em 15 de maio de 2020, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde promulgou a Lei Municipal nº608/2020, que dispôs sobre “a concessão do Auxílio Emergencial Temporário para famílias e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social que tiveram sua condição agravada m decorrência da Covid-19”. Com pagamento de duas parcelas de R\$ 300,00 reais prorrogáveis sob demanda, o auxílio não previu medidas dirigidas às comunidades quilombolas e/ou pesqueiras. Eram grupos prioritários do ato: a população em situação de rua; pessoas e famílias não beneficiárias de programas de transferência/complementação de renda em âmbito municipal, regional e federal; famílias com rendimento bruto per/capita de até R\$ 178,00 reais. Não podiam receber o Auxílio as pessoas já cobertas pelo Auxílio Emergencial do Governo Federal.

sário cobrar medidas protetivas do Estado em relação à garantia permanente do direito constitucional ao alimento seguro e nutritivo. Isso implica, também, o direito à regularização dos territórios quilombolas, de onde se pode garantir a sustentabilidade nos modos de viver.

A pandemia mostrou que a humanidade está dividida. Isso não é novidade, quando falamos do Brasil. Estes mesmos pescadores e marisqueiras quilombolas, trabalhadoras da pesca que garantem alimento saudável, sustentável e de baixo custo à mesa do brasileiro, hoje estão expostos à insegurança alimentar e à fome. Ainda que elaborem estratégias familiares e comunitárias de enfrentamento, tendo que se ajuntar em plena pandemia para não faltar alimento, estão expostos de forma desigual aos seus efeitos. Nessa humanidade dividida que o vírus mostrou, o Estado e o poder público continuam em dívida.

Referências bibliográficas

ARRUTI, J. M. *et al.* *O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas*. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021

BUTI, Rafael Palermo. *Imagens do petroceno: habitabilidade e resistência quilombola nas infraestruturas do petróleo em manguezais do Recôncavo Baiano*. Amazônica – *Revista de Antropologia*, [S.I.], v. 12, n.1, p.277-301, out, 2020.

BRITO, C. *A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 2008.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília; 2006.

CARVALHO, K. de P. *As conexões entre o sistema alimentar dominante e a covid-19: desafios à Segurança Alimentar e Nutricional no tempo presente e após*. Segurança Alimentar Nutricional., Campinas, v. 28, p. 1-11. e021011. 2021

CARVALHO, Ana Paula Comin de; FERNANDES, Mariana Balen. *O Negro no Recôncavo da Bahia: reflexões sobre construções identitárias, retóricas de etnicidade, raça e cultura*. Ilha, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 7-34, 2019.

LEI MUNICIPAL nº608, de 15 de maio de 2020. Dispõe sobre a concessão do Auxílio Emergencial Temporário para famílias e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social que tiveram sua condição agravada m decorrência da Covid-19. São Francisco do Conde; 2020.

MALUF, R. S. LUZ, L. F. *Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional*. In Renato Maluf e Georges Flexor (Orgs). *Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: Conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro, E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2017

MALUF, R. S. *Sobre o Dia Mundial da Alimentação: insegurança alimentar e fome no mundo e no Brasil*. [periódico eletrônico] 2021. Disponível <https://institucional.ufrrj.br/portalcpsda/files/2020/10/MalufR-Sobre-o-Dia-Mundial-daAlimenta%c3%a7%c3%a3o.pdf>

SANTOS, M. P. A. D. NERY J. S. GOES, E. F. SILVA, A. D. SANTOS, A. B. S. D. BATISTA, L. E. ARAÚJO, E. M. D. *População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde*. *Estudos Avançados* 34 (99), 2020

FEC-UFF - FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL A . FEDERAL FLUMINENSE. *Pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas*, 2013.

SILVA, A. M. E. FERREIRA, A. J. D. S. NASCIMENTO. J. L. J. D. RAFAEL, F. L. F. *Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará*. *Cadernos de Campo* (São Paulo, online) | vol.29, (suplemento), p.235-243 USP 2020.

VIANA FILHO, L. *Petroquímica e industrialização na Bahia – 1967-1971*. Brasília: Mil Gráficas, 1984.